

HABEAS CORPUS Nº 569.975 - BA (2020/0077851-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : THAYNA SANTOS COSTA
ADVOGADO : THAYNA SANTOS COSTA - BA050969
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : VALDEIR DA SILVA MARTINS (PRESO)
PACIENTE : DOURIVAL PEREIRA MARTINS (PRESO)
PACIENTE : VALDINEY DA SILVA MARTINS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de VALDEIR DA SILVA MARTINS, DOURIVAL PEREIRA MARTINS e VALDINEY DA SILVA MARTINS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Os autos dão conta de que os pacientes foram presos preventivamente (e-STJ fls. 167/169) pela suposta prática do delito de **homicídio duplamente qualificado** (art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal). Os pedidos de revogação da segregação cautelar foram indeferidos (e-STJ fls. 197/200 e 311/315).

Posteriormente, os pacientes foram pronunciados pela prática, em tese, do referido delito, tendo-lhes sido negado o direito de recorrer em liberdade.

As defesas interpuseram recurso em sentido estrito, ao qual foi negado provimento, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 499/500):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, S 2º, II E W, DO CP). EXTRAÍ-SE DOS AUTOS QUE, NO DIA 10/06/2016, POR VOLTA DAS 11:40H, NA AV. PRESIDENTE DUTRA, PRÓXIMO A "BOY SOM", NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA, OS RECORRENTES DOURIVAL PEREIRA MARTINS, VALDEIR DA SILVA MARTINS E VALDINEY DA SILVA MARTINS DESFERIRAM GOLPES DE FACA CONTRA A VÍTIMA SÉRGIO PEREIRA LANDIM, PROVOCANDO-LHE LESÕES QUE RESULTARAM NA SUA MORTE. PRESENÇA NOS AUTOS DE ELEMENTOS QUE APONTAM A MATERIALIDADE DELITIVA E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA NAS PESSOAS DOS RECORRENTES. PRETENDIDA IMPRONÚNCIA DOS ACUSADOS DOURIVAL E VALDEIR QUE NÃO MERECE ACOLHIMENTO.

IMPOSSIBILIDADE DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA O RECORRENTE VALDINEY. INEXISTÊNCIA DE PROVA

Superior Tribunal de Justiça

INEQUÍVOCA DA OCORRÊNCIA DE LEGÍTIMA DEFESA. CONTEXTO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA MANUTENÇÃO DAS QUALIFICADORAS. DECISÃO DE PRONÚNCIA QUE CONSISTE EM MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA PRETENSÃO ACUSATÓRIA. CUSTÓDIA CAUTELAR MANTIDA. RECURSOS IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

A defesa impetrou *habeas corpus* na origem; o pedido liminar foi indeferido monocraticamente (e-STJ fls. 529/533).

Nas informações prestadas, o Juízo da Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana (BA) esclarece que "*foi designada a sessão plenária dos pacientes para o dia 07 de abril de 2020*" (e-STJ fl. 541).

No presente *writ*, a defesa sustenta que ainda não foi marcado o julgamento do mérito do *Habeas Corpus* n. 8027712-47.2019.8.05.0000 (e-STJ fls. 529/533), em que se pleiteia a liberdade provisória dos pacientes, "[...] *razão pela qual em data de 01/03/2020 a defesa fez juntar aos autos do habeas corpus originário pedido de preferência em julgamento, todavia permanece inerte e silente o TJBA quanto a julgar o mérito daquele writ, daí, a necessidade de chegar-se a esta Eg. Corte a fim de sanar a mora, eis que a mungua de respostas do judiciário, considerando ainda o fato de que o júri aprazado para data de 07/04/2020 não será realizado, eis que suspenso por meio do Decreto judiciário nº 235–TJBA publicado em 26/03/2020 não apenas ele, mas sim todos os júris e demais sessões de julgamento até 30 de abril de 2020, desse modo, forçoso seja reconhecer a necessidade da súplica a fim de que seja implementado uma medida acauteladora por esta Eg. Corte no sentido de amenizar a situação processual destacada bem como ainda pelo quadro ora vivenciado de PANDEMIA e ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA QUE A TODOS ACOMETE*" (e-STJ fl. 6).

Diante dessas considerações, "*por se enquadrarem os pacientes aos termos do art.4º, I, letra c, da Recomendação nº 62/2020–CNJ, ROGA pela EXPEDIÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR a fim de que seja afastada a prisão antes decretada, concedendo aos pacientes a liberdade provisória e/ou Prisão Domiciliar para que possam responder o processo em liberdade e comparecer ao seu em juízo popular*" (e-STJ fl. 12).

No mérito, busca, além da confirmação da liminar, "*seja concedida a*

Superior Tribunal de Justiça

ordem de habeas corpus para que determine ao TJBA o agendamento prévio do julgamento do habeas corpus originário nº 8027712-47.2019.8.05.0000, vez que ante a quadra e medidas preventivas alusivas a Pandemia não encontra óbice nas sessões de julgamento virtuais como a rigor vem sendo julgados os writs perante aquela Corte de Justiça." (e-STJ fl. 12).

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma

Superior Tribunal de Justiça

decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. *Agravo regimental improvido.* (AgRg no HC 345.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Diga-se, ainda, que o exame diretamente pelo Superior Tribunal de Justiça da questão acerca do advento de fato novo pela pandemia de Covid-19 representa dupla supressão de instância tendo em vista que nem o Juízo de piso nem o Tribunal de Justiça se manifestaram.

Vale mencionar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio no bojo da ADPF n. 347.

É de relevo pontuar, também, que o Poder Público não se quedou inerte diante da situação. O Conselho Nacional de Justiça já publicou a **Recomendação n. 62**, que adotou medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde também publicaram a **Portaria Interministerial n. 7**, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação emergencial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator